Notícias do dia 18 de abril

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 37 | Número de veículos: 18

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - GERAL
TCE - GO
Cristiane Schmidt: saída foi acordada com Ronaldo Caiado 5

TV ANHANGUERA / AF. TV GLOBO - GOIÂNIA - GO - JA 2ª EDIÇÃO
TCE - GO
Na manhã desta terça-feira, 18, a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego) realizou uma audiência pública para discutir a mudança de regime jurídico do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de Goiás 6

RÁDIO BANDEIRANTES AM 820 GOIÂNIA - GO - JORNAL BANDEIRANTES
TCE - GO
Na manhã desta terça-feira, 18, a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego) realizou uma audiência pública para discutir a mudança de regime jurídico do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de Goiás 7

ENTRELINHAS GOIÁS - GOIÂNIA - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Deputados instalam Frente Parlamentar para o Ipasgo 8

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Em sessões ordinária e extra, deputados apreciam projetos e vetos 9

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Na CCJ, Mauro Rubem e Major Araújo registram pedido de vista ao projeto que altera natureza jurídica do Ipasgo 11

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS DOS GABINETES
TCE - GO
Lineu Olimpio participa de audiências públicas sobre privatização do Ipasgo e segurança nas escolas em Goiás 12

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Emendado projeto que trata da mudança da natureza jurídica do Ipasgo 13

JORNAL OPÇÃO - ONLINE - GO - SAÚDE
TCE - GO
Projeto do Ipasgo é aprovado pela Comissão Mista da Assembleia Legislativa 14

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Comissão Mista aprova matéria que altera regime do Ipasgo 15

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Mista aprova mudança da natureza jurídica do Ipasgo 17

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Na Mista, deputados divergem sobre projeto que altera natureza jurídica do Ipasgo 18

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Talles defende mudança da natureza jurídica do Ipasgo para cumprimento de determinação do TCE 19

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Wagner Neto defende alteração da natureza jurídica do Ipasgo 20

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Matérias e vetos são lidos no Expediente desta terça-feira, 18 21

MAIS GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Zacharias no seminário nacional da 1ª infância 22

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Debate Alterações no Ipasgo 23

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Debate sobre Ipasgo 25

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Talles Barreto encerra audiência pública que discute mudanças no Ipasgo 27

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Alteração no regime jurídico do Ipasgo gera diversas discussões durante audiência pública na Alego 28

O POPULAR ONLINE - GO - CIDADES
TCE - GO
Tribunal de Contas multa presidente da Goiásprev em R$ 13 mil 30

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Deputado Talles Barreto destaca necessidade de ouvir representante do TCE durante audiência pública na Alego 31

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Talles Barreto destaca necessidade de ouvir representante do TCE durante audiência pública na Alego 32

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Mesa é composta em audiência pública que discute mudança de regime jurídico do Ipasgo 33

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Deputado Talles Barreto declara aberta audiência para discutir situação atual do Ipasgo 34

O POPULAR ONLINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Pedido de vistas adia novamente votação de mudança do Ipasgo 35

O POPULAR ONLINE - GO - OPINIÃO
TCE - GO
O Ipasgo não é do governo (Artigo) 37

A REDAÇÃO - GO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - GO
Simpósio Nacional de Educação terá palestra com ministro Camilo Santana 38

A REDAÇÃO - GO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - GO
Mudança no regime jurídico do Ipasgo gera discussões na Assembleia 39

BRASIL EM FOLHAS ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Mesa é composta em audiência pública que discute mudança de regime jurídico do Ipasgo 41

BRASIL EM FOLHAS ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Deputado Talles Barreto declara aberta audiência para discutir situação atual do Ipasgo 42

BRASIL EM FOLHAS ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Alteração no regime jurídico do Ipasgo gera diversas discussões durante audiência pública na Alego 43

BRASIL EM FOLHAS ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Talles Barreto encerra audiência pública que discute mudanças no Ipasgo 45

CNPTC CONSELHO NACIONAL DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS - GO - DESTAQUE
TCE - GO
Presidente do CNPTC media debate sobre a Primeira Infância 46

DIÁRIO DE GOIÁS ONLINE - GO - COLUNA
TCE - GO
Em debate sobre Ipasgo, conselheiro do TCE explica importância de mudança no regime jurídico 47

RATINHO NOTÍCIAS - SÃO LUÍS DE MONTES BELOS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Projeto do Ipasgo é aprovado pela Comissão Mista da Assembleia Legislativa 49

SINDJUSTIÇA - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Nova audiência discute PL que altera regime jurídico do Instituto 50

Cristiane Schmidt: saída foi acordada com Ronaldo Caiado

Cristiane Schmidt: missão cumpridaAgora ex-secretária de Economia de **Goiás**, Cristiane Schmidt vai descansar após quatro anos e três meses no cargo. A economista disse que a sua saída se deu em diálogo e "acordo" com o governador Ronaldo Caiado (União Brasil) num contexto de uma semana "decisiva'.' Com ciclo encerrado, agora ela quer curtir os dias de descanso.

"Fechei o ciclo. Entregue! as contas do Estado no **TCE** e fiz minha apresentação do Balanço de 2022 na **Alego**. Foi um acordo com o governador de fazer esse fechamento. Agora vou tirar férias, descansar. Vou subir o Monte Roraima, conhecer os Lençóis Maranhenses e conhecer Fernando de Noronha',' destacou em breve comunicado à imprensa.

Ela ainda destacou o gesto de servidores que na última sexta- -feira (14) ao saberem de sua saída do cargo fizeram uma breve solenidade de agradecimento no Auditório da Economia onde davam expediente. "Foi uma despedida linda, improvisada, onde os servidores desceram para o auditório e despediram com uma salva de palmas. Alguns servidores disseram palavras que vou levar comigo para sempre',' pontuou.

Quem assume seu lugar de forma interina é Selene Peres Peres Nunes, economista, contadora, advogada e auditora federal de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional.

Site: https://digital.dm.com.br/#!/view?e=20230418&p=1

Na manhã desta terça-feira, 18, a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego) realizou uma audiência pública para discutir a mudança de regime jurídico do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de Goiás

TAGS: **TCE**-GO, Governo de **Goiás**, **Alego**, IPASGO.

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/video/2023/04/18/TVANHANGUERAAFTVGLOBOGOINIAGO-19.31.56-19.33.46-1681860005.mp4

Na manhã desta terça-feira, 18, a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego) realizou uma audiência pública para discutir a mudança de regime jurídico do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de Goiás

TAGS: **TCE**-GO, Governo de **Goiás**, **Alego**, IPASGO.

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2023/04/19/RDIOBANDEIRANTESAM820GOINIAGO-18.05.55-18.08.14-1681879892.mp3

Deputados instalam Frente Parlamentar para o Ipasgo

Os deputados instalaram nesta terça-feira (18/4) na Assembleia Legislativa de **Goiás** (**Alego**) a Frente Parlamentar em Defesa dos Servidores Públicos. Terá 11 integrantes e tem como coordenador Karlos Cabral (PSB). O primeiro trabalho será sobre a proposta do governador Ronaldo Caiado (UB) de mudar o regime jurídico do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo). Medida que tem boa parte dos servidores estaduais contra.

A deputada Bia de Lima (PT), integrante da Frente, correlacionou a defesa dos servidores públicos à defesa da manutenção do regime jurídico do Ipasgo. "Temos que nos debruçar sobre essa pauta, que nesse exato momento preocupa não só os servidores públicos do Estado, mas também seus agregados", afirmou. Ela propôs um plebiscito a respeito.

O deputado Antônio Gomide (PT) disse que "os servidores do Ipasgo" não foram devidamente ouvidos. Para o petista, a medida alinha-se com as ações do governo estadual, "que vêm prejudicando os servidores públicos", a exemplo da retirada da licença-prêmio e o quinquênio, além de descontos na previdência e outras medidas apresentadas nos dois mandatos da atual gestão. O parlamentar adiantou ser contra a mudança e que "o debate poderá ser encerrado na justiça".

O deputado Wagner Neto (Solidariedade) defendeu a aprovação do projeto de lei que altera a natureza jurídica do Ipasgo. Não há, segundo ele, um projeto para privatização do Ipasgo na **Alego**. "O que há aqui é uma transformação da natureza jurídica por determinação do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**). O Estado precisa fazer isso para tirar o Ipasgo do orçamento e conseguir atender as pessoas com eficiência. Hoje, dentro do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) em que o Estado se encontra, temos um teto de gastos, o que acaba limitando os atendimentos", afirmou.

Karlos Cabral afirmou que "tem dúvidas sobre a transformação do Ipasgo em um Serviço Social Autônomo (SSA)". E que, para mais referências sobre o tema, seria importante conhecer in loco o Sistema de Assistência à Saúde instituído em 2022 no estado do Paraná.

Saiba mais: Deputados defendem mudanças no projeto que muda o Ipasgo

Site: https://www.entrelinhasgoias.com.br/deputados-instalam-frente-parlamentar-para-o-ipasgo/

Em sessões ordinária e extra, deputados apreciam projetos e vetos

Em duas sessões na tarde desta terça-feira, 18, o Plenário da **Alego** apreciou 17 projetos, 13 vetos e um pedido para instituir uma Comissão Parlamentar de Inquérito que deverá investigar o preço do leite. A matéria sobre a alteração do regime jurídico do Ipasgo entrou na pauta da sessão extraordinária, mas foi emendada e retornou à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, onde está com pedidos de vista. A **Política** Estadual de Prevenção e Combate à Violência Escolar em Goiás foi aprovada em primeira fase pelos parlamentares.

Reunidos na tarde desta terça-feira, 18, os deputados da **Alego** realizaram duas sessões, uma ordinária e, a outra, extra. No primeiro encontro, foram votados 14 projetos de lei, uma solicitação para instituir uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) e um bloco de 13 vetos, todos avalizados pelo Plenário. A pauta da segunda sessão possuía quatro proposituras, mas uma delas foi emendada e teve sua apreciação prejudicada, assim, foram votadas apenas três.

Ao final da sessão extraordinária, o presidente Bruno Peixoto leu o ofício que comunica licença de 10 dias do governador **Ronaldo Caiado** (UB) para empreender viagem a Londres (Inglaterra). Com isso, a partir de hoje quem assume o cargo de governador interinamente é Daniel Vilela (MDB).

Confira abaixo os destaques de cada plenária:

Sessão extraordinária

Dois projetos na pauta da plenária extra são assinados pela Governadoria. O de nº 517/23 requer a alteração da natureza jurídica do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de Goiás (Ipasgo).

O texto visa corrigir as inadequações contábeis e administrativas exigidas pelo **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**. De acordo com o projeto, no Serviço Social Autônomo, o **Governo de Goiás** continua como controlador do Ipasgo e o serviço prestado será regulamentado e fiscalizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Ao ser colocada em discussão, a iniciativa foi emendada pelo deputado Antônio Gomide (PT). Dessa forma, foi encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, onde passará por nova análise antes de voltar ao Plenário.

Enquanto isso, a **política** estadual de prevenção e combate à violência escolar no estado de Goiás, outra sugestão da Governadoria, foi aprovada em primeira fase de votações. O projeto estabelece diretrizes para o enfrentamento dos casos envolvendo violência grave contra professores e estudantes.

A iniciativa visa promover a segurança escolar nas redes pública e privada de ensino, com ações para garantir um ambiente livre de ameaças para alunos, professores e colaboradores. A proposta traz em seu escopo frentes de ações que envolvem Governo, escolas, pais e familiares, além de uma atenção maior no acompanhamento de sites e redes sociais.

A medida propõe, por exemplo, o atendimento a estudantes e professores por serviços de psicologia e equipes multiprofissionais no ambiente escolar. A norma trata, ainda, de ações específicas, como a implementação de câmeras e detectores de metais, além da possibilidade de realização de revistas de bens e pertences de estudantes.

Encaminhada pela Defensoria Pública do Estado de Goiás, a atualização dos subsídios dos membros do órgão recebeu o primeiro aval do Parlamento goiano.

Único aprovado em segunda fase de votações durante a sessão extra, o projeto de resolução nº 481/23 , da Mesa Diretora, dispõe sobre o controle de frequência dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. No placar eletrônico foram registrados 27 votos favoráveis e nenhum contrário, assim, a matéria segue para promulgação.

Sessão ordinária

Do total de 14 projetos votados, 12 receberam o aval definitivo do Plenário e dois estão, agora, aptos à segunda fase de votação. Com apreciação em bloco, também houve a manutenção de 13 vetos. Além disso, foi aprovado um requerimento para instituir uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar supostas irregularidades na cadeia produtiva do leite em Goiás. O pedido é do deputado Amauri Ribeiro (UB).

Entre as matérias aprovadas em etapa final, há quatro

iniciativas da Governadoria, sendo uma delas uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC). Protocolado sob o nº 212/23 , o texto busca conferir mais eficiência e efetividade ao orçamento estadual. Para tal, pleiteia a revogação do parágrafo 5º do artigo 41 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição Estadual, acrescido pela Emenda Constitucional nº 69/2021. A PEC foi aprovada com 25 votos a favor e 1 contrário.

As diretrizes para exploração do transporte ferroviário em Goiás são o assunto de mais uma das proposituras do Executivo em pauta. Ao dispor sobre o assunto, o projeto nº 412/23 busca promover a integração e estimular alternativas de conexão com todos os modais logísticos do Sistema Nacional de Viação existentes no estado de Goiás e nas unidades federadas limítrofes.

As outras duas iniciativas encaminhadas pelo governador **Ronaldo Caiado** (UB) tratam de temas tributários. A de nº 414/23 visa alterar as Leis nº 11.651/91, nº 12.955/96, nº 13.194/97, nº 13.246/98 nº 13.453/99 e nº 16.671/10 para adequá-las ao programa de incentivo fiscal destinado ao setor industrial goiano, o ProGoiás. De acordo com a Secretaria de Estado da **Economia**, as alterações propostas não importarão em concessão ou ampliação de benefício fiscal.

A outra proposta, nº 413/23 , quer alterar a Lei nº 11.651/91 , que institui o Código Tributário do Estado de Goiás. A intenção é adequar a norma para a aplicação das penalidades se houver o descumprimento do ordenamento jurídico tributário.

Entre os projetos assinados por parlamentares, apenas um foi votado em primeira fase e, os demais, já seguem para análise e possível sanção. O deputado Paulo Cezar (PL) responde por dois textos votados em etapa final e que tratam dos direitos das pessoas com deficiência.

O projeto nº 190/23 pleiteia a criação em caráter permanente, na **Alego**, da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. O colegiado se propõe, de forma geral, a promover debates, ampliar a representatividade e a construir um diálogo permanente com a sociedade e com o Executivo para garantia desses direitos.

O texto nº 10532/22 sugere instituir o selo Escola Amiga da Educação Inclusiva. Na justificativa da propositura, Paulo Cezar destaca que o selo deverá ser entregue às unidades de ensino da educação básica das redes estadual e privada de Goiás que adotem medidas para a implantação de sistema educacional inclusivo de pessoas com deficiência. Proposta de Antônio Gomide (PT), a intenção de determinar prazo de 30 dias para que órgãos fiscalizadores emitam respostas oficiais também segue para sanção. Igual destino teve a proposta de Virmondes Cruvinel (UB) para incluir o Café Fest Cerrado no Calendário Cívico, Cultural e Turístico do Estado de Goiás.

Aprovados em primeira fase

Da Governadoria, o projeto de lei nº 493/23 quer autorizar a abertura de crédito especial no valor de R$ 19 milhões à Secretaria Estadual da Retomada. A importância será usada para cobrir despesas a serem realizadas pela Pasta e, também, pelo Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS). A intenção é executar os recursos vinculados ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e os demais recursos do Fundo Protege Goiás.

A outra matéria votada em primeira fase é do deputado Karlos Cabral (PSB). Protocolada sob o nº 515/23 , ela propõe alterar a Resolução nº 1.379/2012 , que normatiza a criação de frente parlamentar. O objetivo é permitir que um mesmo deputado possa regulamentar, como autor, até três frentes. Além disso, quer autorizar os parlamentares a participarem de quantas frentes parlamentares achar pertinente.

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/131918/em-sessoes-ordinaria-e-extra-deputados-apreciam-projetos-e-vetos

Na CCJ, Mauro Rubem e Major Araújo registram pedido de vista ao projeto que altera natureza jurídica do Ipasgo

Após a sessão extraordinária desta terça-feira, 18, os parlamentares se reuniram em um novo encontro da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). Na ocasião, os deputados Mauro Rubem (PT) e Major Araújo (PL) pediram vista do único processo em tramitação. Trata-se da matéria n° 517/23, de autoria do Poder Executivo, que altera a natureza jurídica do Ipasgo. O texto, segundo o Governo, busca uma solução para a correção das inadequações contábeis e administrativas exigidas pelo **TCE**-GO.

Com a alteração de regime jurídico, o Ipasgo passa a ter autonomia financeira e administrativa; imunidade em relação aos impostos federais e municipais; isenção de tributos estaduais; maior participação dos servidores, que integrarão os conselhos de administração e fiscal; além de passar a ser regido pela legislação civil. O instituto será gerido por uma diretoria executiva indicada pelo Executivo estadual.

De acordo com o projeto, no Serviço Social Autônomo, o Governo de **Goiás** continua como controlador do Ipasgo e o serviço prestado será regulamentado e fiscalizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). A Governadoria argumenta que, com isso, os 596 mil usuários do serviço de assistência à saúde passam a ter acesso a 879 procedimentos médicos que hoje não integram a tabela do Ipasgo, a outros oito atendimentos odontológicos, 1.758 medicamentos e 740 Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), insumos utilizados em intervenções médicas, odontológicas, de reabilitação, diagnósticas ou terapêuticas.

O texto também garante a manutenção do sistema assistencial, a exemplo de serviços odontológicos e home care, mesmo com a extinção da autarquia. Em relação à gestão do instituto, o projeto de lei veda ao Ipasgo a alienação da carteira de usuários a outro sistema de assistência à saúde. Além dos artigos que tratam sobre esses assuntos, a redação é constituída por sugestões apresentadas pelos servidores efetivos do Ipasgo e que dizem respeito às carreiras públicas dos mesmos.

A alteração da natureza jurídica do instituto visa adequar o Ipasgo ao arcabouço legal e às regras de governanças, tal qual determinado pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**). A Corte de Contas imputou prazo ao Instituto, até o dia 31 de dezembro, para correção de distorção contábil que ocorre desde 2009, quando o Ipasgo deixou de gerir o regime de previdência dos servidores públicos, atribuição assumida pela **Goiás** Previdência (Goiasprev), e se tornou exclusivamente um serviço de assistência à saúde. Depois de pelo menos uma década de recomendações para correção do desajuste legal causado por essa mudança, o tribunal impôs que o Estado deixe de contabilizar como parte da Receita Corrente Líquida (RCL) os descontos feitos em folha de pagamento dos servidores.

O governador Ronaldo Caiado (UB), autor da matéria, lembra, no entanto, que a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) não reconhece a possibilidade de desvincular a receita de uma autarquia, visto que essa executa atividades típicas da administração pública. A exceção seria se a Corte de Contas consentisse. Em **Goiás**, no entanto, o **TCE** avalia não ser possível sem alterar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), ao qual o Governo de **Goiás** aderiu em 2021. Portanto, para que o Ipasgo continuasse como autarquia, seriam necessárias alterações em leis federais.

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/131917/na-ccj-mauro-rubem-e-major-araujo-registram-pedido-de-vista-ao-projeto-que-altera-natureza-juridica-do-ipasgo

Lineu Olimpio participa de audiências públicas sobre privatização do Ipasgo e segurança nas escolas em Goiás

O deputado estadual Lineu Olimpio (MDB) esteve presente em duas audiências públicas importantes nesta terça-feira, 18, discutindo temas relevantes para o estado de **Goiás**. Na primeira audiência, foi discutido sobre o regime jurídico do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos (IPASGO), onde o debate foi a determinação do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO) para a melhoria da gestão fiscal do estado, com melhor apuração das suas contas e despesas.

O deputado Lineu Olimpio destacou a importância de se discutir soluções para melhorar o sistema de saúde em **Goiás**, e enfatizou a necessidade de ouvir a população e de buscar soluções viáveis ??para garantir um serviço público de qualidade.

Já na segunda audiência, o foco foi a segurança nas escolas, com a participação de autoridades da área. O deputado Lineu Olimpio defendeu a importância de se investir em políticas públicas que garantam a segurança das crianças e jovens nas escolas, e também soluções conjuntas para prevenir a violência e a criminalidade.

O deputado estadual Lineu Olimpio (MDB) esteve presente em duas audiências públicas importantes nesta terça-feira, 18, discutindo temas relevantes para o estado de **Goiás**. Na primeira audiência, foi discutido sobre o regime jurídico do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos (IPASGO), onde o debate foi a determinação do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO) para a melhoria da gestão fiscal do estado, com melhor apuração das suas contas e despesas.

O deputado Lineu Olimpio destacou a importância de se discutir soluções para melhorar o sistema de saúde em **Goiás**, e enfatizou a necessidade de ouvir a população e de buscar soluções viáveis ??para garantir um serviço público de qualidade.

Já na segunda audiência, o foco foi a segurança nas escolas, com a participação de autoridades da área. O deputado Lineu Olimpio defendeu a importância de se investir em políticas públicas que garantam a segurança das crianças e jovens nas escolas, e também soluções conjuntas para prevenir a violência e a criminalidade.

Gabinete Dep. Lineu Olimpio Conteúdo de responsabilidade do deputado e sua assessoria de imprensa, não representando opinião ou conteúdo

institucional da Assembleia Legislativa de **Goiás** (**Alego**).

Compartilhar

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias-dos-gabinetes/131901/lineu-olimpio-participa-de-audiencias-publicas-sobre-privatizacao-do-ipasgo-e-seguranca-nas-escolas-em-goias

Emendado projeto que trata da mudança da natureza jurídica do Ipasgo

Foi emendado em Plenário o projeto que altera a natureza jurídica do Ipasgo. A emenda foi apresentada pelo deputado Antônio Gomide (PT). Como a matéria foi emendada, ela vai agora ser apreciada extraordinariamente pela CCJ, ainda hoje.

O texto, protocolado no Legislativo com n° 517/23 , visa, segundo o Governo, trazer uma solução para a correção das inadequações contábeis e administrativas exigidas pelo **TCE**-GO. Ainda de acordo com o projeto, no Serviço Social Autônomo, o Governo de **Goiás** continua como controlador do Ipasgo e o serviço prestado será regulamentado e fiscalizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site:
https://portal.al.go.leg.br/noticias/131908/emendado-projeto-que-trata-da-mudanca-da-natureza-juridica-do-ipasgo

Projeto do Ipasgo é aprovado pela Comissão Mista da Assembleia Legislativa

Nielton Soares dos Santos

Deputados estaduais da Comissão Mista aprovaram o projeto de lei de alteração da natureza jurídica do Ipasgo, nesta terça-feira, 18. Parte do colegiado defendeu que a proposta atendesse a alteração conforme as orientações do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**). Outra parcela, a oposição ao governo, alegou que as mudanças afetam o Instituto.

"Essa é a melhor opção para cumprirmos a determinação do **TCE** [**Tribunal de Contas do Estado**]. Vejo que é um modelo que vai dar certo. Tivemos uma audiência pública bem esclarecedora sobre isso com a presença de diversos técnicos, autoridades e alguns deputados desta Casa", argumentou o deputado Talles Barreto (UB).

De acordo com o texto, de n° 517/23, que teve emendas rejeitadas, o regime jurídico do Ipasgo passa a ter autonomia financeira e administrativa. Dentre outras prerrogativas, a imunidade em relação aos impostos federais e municipais; isenção de tributos estaduais; maior participação dos servidores, que integrarão os conselhos de administração e fiscal; além de passar a ser regido pela legislação civil. Já a diretoria executiva será indicada pelo Poder Executivo estadual.

Assim, como Serviço Social Autônomo, o governo de **Goiás** segue como controlador do Ipasgo. No entanto, com o serviço sendo regulado e fiscalizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Segundo a governadoria, os 596 mil usuários do serviço de assistência à saúde passam a ter acesso a 879 procedimentos médicos que hoje não integram a tabela do Ipasgo. Além de outros oito atendimentos odontológicos, 1.758 medicamentos e 740 Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), insumos utilizados em intervenções médicas, odontológicas, de reabilitação, diagnósticas ou terapêuticas.

Site: https://www.jornalopcao.com.br/saude/projeto-do-ipasgo-e-aprovado-pela-comissao-mista-da-assembleia-legislativa-483598/

Comissão Mista aprova matéria que altera regime do Ipasgo

A Comissão Mista, sob o comando do presidente Wagner Neto (SD), realizou reunião ordinária híbrida em que predominou o debate sobre a alteração da natureza jurídica do Ipasgo, encaminhada à **Alego** pelo governador **Ronaldo Caiado**. A matéria foi acolhida pelo colegiado no encontro desta terça-feira, 18, juntamente com outro projeto de lei da Governadoria e uma proposição da Defensoria Pública do Estado de **Goiás**.

O texto que trata da autarquia de assistência à Saúde, protocolado no Legislativo com n° 517/23 , visa, trazer uma solução para a correção das inadequações contábeis e administrativas exigidas pelo **Tribunal de Contas do Estado**.

Os legisladores integrantes do colegiado discutiram longamente a proposta do Poder Executivo, sendo que parte deles têm defendido a alteração com base nas orientações do **TCE**. Outra parcela dos parlamentares diz que as mudanças afetarão drasticamente o futuro do instituto e defende, ainda, que os servidores sejam consultados antes de qualquer mudança.

Ao final do debate, foi levado em votação o voto em separado do líder do Governo, Wilde Cambão (PSD), rejeitando as alterações propostas pelos deputados, com exceção da emenda apresentada pelo deputado Coronel Adailton (Solidariedade), que inclui os militares goianos na redação do projeto.

Votaram contra a matéria os deputados Mauro Rubem (PT), Antônio Gomide (PT), Bia de Lima (PT), Major Araújo (PL), Delegado Eduardo Prado (PL), Fred Rodrigues (DC) e José Machado (PSDB).

Com a alteração de regime jurídico, o Ipasgo passa a ter autonomia financeira e administrativa; imunidade em relação aos impostos federais e municipais; isenção de tributos estaduais; maior participação dos servidores, que integrarão os conselhos de administração e fiscal; além de passar a ser regido pela legislação civil. O instituto será gerido por uma diretoria executiva indicada pelo Executivo estadual.

De acordo com o projeto, no Serviço Social Autônomo, o Governo de **Goiás** continua como controlador do Ipasgo e o serviço prestado será regulamentado e fiscalizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). A Governadoria argumenta que, com isso, os 596 mil usuários do serviço de assistência à saúde passam a ter acesso a 879 procedimentos médicos que hoje não integram a tabela do Ipasgo, a outros oito atendimentos odontológicos, 1.758 medicamentos e 740 Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), insumos utilizados em intervenções médicas, odontológicas, de reabilitação, diagnósticas ou terapêuticas.

O texto também garante a manutenção do sistema assistencial, a exemplo de serviços odontológicos e home care, mesmo com a extinção da autarquia. Em relação à gestão do instituto, o projeto de lei veda ao Ipasgo a alienação da carteira de usuários a outro sistema de assistência à saúde. Além dos artigos que tratam sobre esses assuntos, a redação é constituída por sugestões apresentadas pelos servidores efetivos do Ipasgo e que dizem respeito às carreiras públicas dos mesmos.

A alteração da natureza jurídica do instituto visa adequar o Ipasgo ao arcabouço legal e às regras de governanças, tal qual determinado pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**). A Corte de Contas imputou prazo ao instituto, até o dia 31 de dezembro, para correção de distorção contábil que ocorre desde 2009, quando o Ipasgo deixou de gerir o regime de previdência dos servidores públicos, atribuição assumida pela **Goiás** Previdência (Goiasprev), e se tornou exclusivamente um serviço de assistência à saúde. Depois de pelo menos uma década de recomendações para correção do desajuste legal causado por essa mudança, o tribunal impôs que o Estado deixe de contabilizar como parte da Receita Corrente Líquida (RCL) os descontos feitos em folha de pagamento dos servidores.

O governador **Ronaldo Caiado** (UB), autor da matéria, lembra, no entanto, que a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) não reconhece a possibilidade de desvincular a receita de uma autarquia, visto que essa executa atividades típicas da administração pública. A exceção seria se a Corte de Contas consentisse. Em **Goiás**, no entanto, o **TCE** avalia não ser possível sem alterar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), ao qual o Governo de **Goiás** aderiu em 2021. Portanto, para que o Ipasgo continuasse como autarquia, seriam necessárias alterações em leis federais.

Segurança nas escolas

Os deputados membros da Comissão Mista aprovaram o projeto de lei que institui a **Política** Estadual de Prevenção e Combate à Violência Escolar no Estado de **Goiás**.

A proposição da Governadoria, que tramita na **Alego** com n° 496/23 , estabelece diretrizes para o enfrentamento dos casos envolvendo violência grave contra professores e estudantes. Em sua justificativa, o Poder Executivo alega que a percepção de insegurança nos ambientes institucionais de ensino cresceu com os últimos casos ocorridos no país, o que demanda a adoção de medidas que atenuem essa sensação coletiva.

A iniciativa visa promover a segurança escolar nas redes pública e privada de ensino, com ações para garantir um ambiente livre de ameaças para alunos, professores e colaboradores. A proposta traz em seu escopo frentes de ações que envolvem Governo, escolas, pais e familiares, além de uma atenção maior no acompanhamento de sites e redes sociais.

Durante a votação da matéria, deputado e líder do Governo, Wilde Cambão (PSD), pediu vista do voto em separado da colega de Parlamento, Bia de Lima (PT), e emitiu seu próprio voto rejeitando a contribuição dela e pela manutenção do texto original.

A petista declarou não ser contrária à medida, mas entendeu como necessários alguns ajustes que podem contribuir com a melhoria do texto.

O projeto original estabelece diretrizes para o enfrentamento dos casos envolvendo violência grave contra professores e estudantes. Em sua justificativa, a Governadoria alega que a percepção de insegurança nos ambientes institucionais de ensino cresceu com os últimos casos ocorridos no país, o que demanda a adoção de medidas que atenuem essa sensação coletiva.

A iniciativa visa promover a segurança escolar nas redes pública e privada de ensino, com ações para garantir um ambiente livre de ameaças para alunos, professores e colaboradores. A proposta traz em seu escopo frentes de ações que envolvem Governo, escolas, pais e familiares, além de uma atenção maior no acompanhamento de sites e redes sociais.

A medida propõe o atendimento a estudantes e professores por serviços de psicologia e equipes multiprofissionais no ambiente escolar. A norma trata, ainda, de ações específicas como a implementação de instrumentos como câmeras e detectores de metais, além da possibilidade de realização de revistas de bens e pertences de estudantes.

Fica prevista, também, a comunicação às autoridades competentes (polícia, conselho tutelar e família) dos casos de prática de cyberbullying, discurso de ódio, intimidação sistemática e atos de violência. Outro ponto abordado pelo projeto trata da responsabilização e aplicação de medidas judiciais e administrativas a empresas proprietárias de plataformas digitais e proprietários de perfis em redes sociais, além dos pais de alunos ou responsáveis.

Defensoria Pública

O colegiado aprovou a proposição de nº 538/23 , daDefensoria Pública do Estado de **Goiás**, que trata do subsídio de seus membros, na forma que prevê a Constituição do Brasil;

De acordo com a justificativa da Defensoria, os integrantes, da carreira do órgão, ao lado dos integrantes do Ministério Público e do Poder Judiciário, serão remunerados na forma do artigo 39, § 4° da Constituição Federal. Com efeito, a Constituição Federal de 1988 equiparou o regime jurídico-administrativo da Defensora Pública às normas que disciplinam e organizam o Poder Judiciário, na forma do artigo 134, parágrafo quarto, do referido diploma. Essa previsão foi incluída pela Emenda Constitucional n° 80, de 2014, devendo as normativas do artigo 93 da Carta Magna serem aplicadas à Defensoria Pública, no que couber. "O projeto de lei tem por finalidade promover a efetividade da garantia constitucional de equiparação entre as referidas instituições que integram o sistema de justiça", justifica o defensor público-geral, Tiago Gregório Fernandes.

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/131916/comissao-mista-aprova-materia-que-altera-regime-do-ipasgo

Mista aprova mudança da natureza jurídica do Ipasgo

Foi aprovado, na Comissão Mista, o projeto que altera a natureza jurídica do Ipasgo. O encontro, que ocorre na sala das comissões do Palácio Maguito Vilela, é presidido pelo deputado Wagner Neto (Solidariedade) e reúne 31 parlamentares. Do total, 24 votaram favoráveis à aprovação do projeto. Sete, porém, foram contra.

Votaram contra a matéria os deputados Mauro Rubem (PT), Antônio Gomide (PT), Bia de Lima (PT), Major Araújo (PL), Delegado Eduardo Prado (PL), Fred Rodrigues (DC) e José Machado (PSDB). O texto, protocolado no Legislativo com n° 517/23 , visa, segundo o Governo, trazer uma solução para a correção das inadequações contábeis e administrativas exigidas pelo **TCE**-GO.

Com a alteração de regime jurídico, o Ipasgo passa a ter autonomia financeira e administrativa; imunidade em relação aos impostos federais e municipais; isenção de tributos estaduais; maior participação dos servidores, que integrarão os conselhos de administração e fiscal; além de passar a ser regido pela legislação civil. O instituto será gerido por uma diretoria executiva indicada pelo Executivo estadual.

De acordo com o projeto, no Serviço Social Autônomo, o Governo de **Goiás** continua como controlador do Ipasgo e o serviço prestado será regulamentado e fiscalizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). A Governadoria argumenta que, com isso, os 596 mil usuários do serviço de assistência à saúde passam a ter acesso a 879 procedimentos médicos que hoje não integram a tabela do Ipasgo, a outros oito atendimentos odontológicos, 1.758 medicamentos e 740 Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), insumos utilizados em intervenções médicas, odontológicas, de reabilitação, diagnósticas ou terapêuticas.

O texto também garante a manutenção do sistema assistencial, a exemplo de serviços odontológicos e home care, mesmo com a extinção da autarquia. Em relação à gestão do instituto, o projeto de lei veda ao Ipasgo a alienação da carteira de usuários a outro sistema de assistência à saúde. Além dos artigos que tratam sobre esses assuntos, a redação é constituída por sugestões apresentadas pelos servidores efetivos do Ipasgo e que dizem respeito às carreiras públicas dos mesmos.

A alteração da natureza jurídica do instituto visa adequar o Ipasgo ao arcabouço legal e às regras de governanças, tal qual determinado pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**). A Corte de Contas imputou prazo ao Instituto, até o dia 31 de dezembro, para correção de distorção contábil que ocorre desde 2009, quando o Ipasgo deixou de gerir o regime de previdência dos servidores públicos, atribuição assumida pela **Goiás** Previdência (Goiasprev), e se tornou exclusivamente um serviço de assistência à saúde. Depois de pelo menos uma década de recomendações para correção do desajuste legal causado por essa mudança, o tribunal impôs que o Estado deixe de contabilizar como parte da Receita Corrente Líquida (RCL) os descontos feitos em folha de pagamento dos servidores.

O governador Ronaldo Caiado (UB), autor da matéria, lembra, no entanto, que a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) não reconhece a possibilidade de desvincular a receita de uma autarquia, visto que essa executa atividades típicas da administração pública. A exceção seria se a Corte de Contas consentisse. Em **Goiás**, no entanto, o **TCE** avalia não ser possível sem alterar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), ao qual o Governo de **Goiás** aderiu em 2021. Portanto, para que o Ipasgo continuasse como autarquia, seriam necessárias alterações em leis federais.

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/131903/mista-aprova-mudanca-da-natureza-juridica-do-ipasgo

Na Mista, deputados divergem sobre projeto que altera natureza jurídica do Ipasgo

Deputados membros da Comissão Mista discutem, neste momento, a necessidade de alteração da natureza jurídica do Ipasgo. Parte do colegiado tem defendido a alteração com base nas orientações do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**). Outra parcela dos deputados dizem que as mudanças afetarão drasticamente o futuro do Instituto e defendem, ainda, que os servidores sejam consultados antes de qualquer mudança.

O texto, protocolado no Legislativo com n° 517/23 , visa, segundo o Governo, trazer uma solução para a correção das inadequações contábeis e administrativas exigidas pelo **TCE**-GO.

Com a alteração de regime jurídico, o Ipasgo passa a ter autonomia financeira e administrativa; imunidade em relação aos impostos federais e municipais; isenção de tributos estaduais; maior participação dos servidores, que integrarão os conselhos de administração e fiscal; além de passar a ser regido pela legislação civil. O instituto será gerido por uma diretoria executiva indicada pelo Executivo estadual.

De acordo com o projeto, no Serviço Social Autônomo, o Governo de **Goiás** continua como controlador do Ipasgo e o serviço prestado será regulamentado e fiscalizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). A Governadoria argumenta que, com isso, os 596 mil usuários do serviço de assistência à saúde passam a ter acesso a 879 procedimentos médicos que hoje não integram a tabela do Ipasgo, a outros oito atendimentos odontológicos, 1.758 medicamentos e 740 Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), insumos utilizados em intervenções médicas, odontológicas, de reabilitação, diagnósticas ou terapêuticas.

O texto também garante a manutenção do sistema assistencial, a exemplo de serviços odontológicos e home care, mesmo com a extinção da autarquia. Em relação à gestão do instituto, o projeto de lei veda ao Ipasgo a alienação da carteira de usuários a outro sistema de assistência à saúde. Além dos artigos que tratam sobre esses assuntos, a redação é constituída por sugestões apresentadas pelos servidores efetivos do Ipasgo e que dizem respeito às carreiras públicas dos mesmos.

A alteração da natureza jurídica do instituto visa adequar o Ipasgo ao arcabouço legal e às regras de governanças, tal qual determinado pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**). A Corte de Contas imputou prazo ao Instituto, até o dia 31 de dezembro, para correção de distorção contábil que ocorre desde 2009, quando o Ipasgo deixou de gerir o regime de previdência dos servidores públicos, atribuição assumida pela **Goiás** Previdência (Goiasprev), e se tornou exclusivamente um serviço de assistência à saúde. Depois de pelo menos uma década de recomendações para correção do desajuste legal causado por essa mudança, o tribunal impôs que o Estado deixe de contabilizar como parte da Receita Corrente Líquida (RCL) os descontos feitos em folha de pagamento dos servidores.

O governador Ronaldo Caiado (UB), autor da matéria, lembra, no entanto, que a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) não reconhece a possibilidade de desvincular a receita de uma autarquia, visto que essa executa atividades típicas da administração pública. A exceção seria se a Corte de Contas consentisse. Em **Goiás**, no entanto, o **TCE** avalia não ser possível sem alterar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), ao qual o Governo de **Goiás** aderiu em 2021. Portanto, para que o Ipasgo continuasse como autarquia, seriam necessárias alterações em leis federais.

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/131902/na-mista-deputados-divergem-sobre-projeto-que-altera-natureza-juridica-do-ipasgo

Talles defende mudança da natureza jurídica do Ipasgo para cumprimento de determinação do TCE

O deputado Talles Barreto (UB) saiu em defesa da aprovação da mudança da natureza jurídica do Ipasgo durante encontro da Comissão Mista, na tarde desta terça-feira, 18.

Essa é a melhor opção para cumprirmos a determinação do TCE [**Tribunal de Contas do Estado**]. Vejo que é um modelo que vai dar certo. Tivemos uma audiência pública bem esclarecedora sobre isso com a presença de diversos técnicos, autoridades e alguns deputados dessa Casa , disse o parlamentar ao defender a iniciativa da Governadoria.

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/131891/talles-defende-mudanca-da-natureza-juridica-do-ipasgo-para-cumprimento-de-determinacao-do-tce

Wagner Neto defende alteração da natureza jurídica do Ipasgo

O deputado Wagner Neto (Solidariedade) usou a tribuna do Legislativo, na tarde desta quinta-feira, 18, para defender a aprovação do projeto de lei que altera a natureza jurídica do Ipasgo.

Não há, segundo Neto, um projeto para privatização do Ipasgo na **Alego**. "O que há aqui é uma transformação da natureza jurídica por determinação do **Tribunal de Contas do Estado** (TCE)".

"O Estado precisa fazer isso para tirar o Ipasgo do orçamento e conseguir atender as pessoas com eficiência. Hoje, dentro do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) em que o Estado se encontra, temos um teto de gastos, o que acaba limitando os atendimentos", completou.

Segundo o parlamentar, o Estado jamais venderia essa carteira. "O que se quer é melhorar o atendimento. Esse projeto não vai prejudicar o usuário, minha família toda tem Ipasgo e a gente entende isso", pontuou.

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/131872/wagner-neto-defende-alteracao-da-natureza-juridica-do-ipasgo

Matérias e vetos são lidos no Expediente desta terça-feira, 18

O Expediente da sessão ordinária desta terça-feira, 18, registrou ofícios de órgãos públicos em resposta a demandas parlamentares e também vetos da Governadoria, leis ordinárias da Governadoria e um relatório do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**).

Processo nº 529/23 - Governadoria - Solicitação da recondução de Sebastião Lázaro Pereira para o Conselho Estadual de Educação;

Processo nº 532/23 - Governadoria - Veta parcialmente o autógrafo de lei 69, de março de 2023;

Processo nº 533/23 - Governadoria - Veta integralmente o autógrafo de lei 65, de março de 2023;

Processo nº 534/23 - Governadoria - Veta integralmente o autógrafo de lei 61, de 2 de março de 2023;

Processo nº 535/23 - Governadoria - Veta integralmente o autógrafo de lei 75, de março de 2023;

Processo nº 536/23 - Governadoria - Veta integralmente o autógrafo de lei 73, de 7 de março de 2023;

Processo nº 537/23 - Governadoria - Altera a Lei 21.527, de 26 de julho de 2022, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária referente ao exercício de 2023;

Processo nº 538/23 - Governadoria - Lei Ordinária que trata do subsídio dos membros da Defensoria Pública do Estado de **Goiás** na forma da Constituição do Brasil;

Processo nº 530/23 - **TCE**-GO - Prestação de Contas anual do Tribunal referente a 2022.

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/131861/materias-e-vetos-sao-lidos-no-expediente-desta-terca-feira-18

Zacharias no seminário nacional da 1ª infância

Coordenador em nível nacional da Frente Parlamentar Mista (portanto incluindo Câmara e Senado) da Primeira Infância no Congresso Nacional, o deputado goiano Zacharias Calil participa nesta terça em Florianópolis-SC, do 2º Seminário Nacional da Primeira Infância (crianças de 0 a 6 anos) e os Tribunais de Contas. O **TCE**-**GO** é co-realizador junto com o **TCE**-SC e o Instituto Rui Barbosa. O convite partiu do **conselheiro** do **TCE**-**GO**, **Edson Ferrari**. O seminário nacional vai debater as políticas públicas de primeira infância, além de propostas a serem elaboradas e as recomendações contidas na Carta de Fortaleza formalizada no seminário do ano passado.

Site: https://www.maisgoias.com.br/politica/zacharias-no-seminario-nacional-da-1a-infancia/

Debate Alterações no Ipasgo

Deputados, autoridades estaduais, lideranças sindicais e servidores do Ipasgo lotaram o auditório da **Alego** nesta terça-feira,18, para debater e buscar alternativas sobre a possível mudança no regime jurídico do Instituto.

Na manhã desta terça-feira, 18, a Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) realizou uma audiência pública para discutir a mudança de regime jurídico do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo). A iniciativa do deputado Talles Barreto (UB) contou com a participação de diversas personalidades, entre elas o **conselheiro** do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-**GO**), **Celmar Rech**; o presidente do Ipasgo, Vinícius de Cecílio Luz; o procurador do Estado, Túlio Roberto; a representante da Unipasgo, Edel Maria de Lima e Silva; e o secretário de Administração de **Goiás**, Francisco Sérvulo Freire Nogueira.

Durante o debate, o **conselheiro Celmar Rech** destacou a importância da mudança de regime jurídico do Ipasgo e explicou as razões que levaram o **TCE**-**GO** a recomendar essa alteração. Segundo Rech, uma das principais inadequações que incomodaram o **TCE**-**GO** ao longo dos anos foi a inclusão das receitas do Ipasgo na Receita Corrente Líquida do estado. Ele defendeu a exclusão destas receitas para permitir uma melhor expressão do realismo fiscal nas contas do estado.

A deputada Bia de Lima (PT) destacou a importância do tema para a vida dos servidores públicos, que dependem do plano de saúde oferecido pelo Ipasgo. Ela também concordou com as preocupações levantadas pelo **TCE** e afirmou que os servidores públicos não são contrários às orientações do órgão. No entanto, a deputada mostrou preocupação com a mudança do regime jurídico, que pode colocar o plano de saúde dos servidores públicos sob a regulação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

O líder do governo na Casa, deputado Wilde Cambão (PSD), falou sobre a importância de preservar os direitos dos servidores públicos e garantir a gestão do instituto pelos próprios servidores. Ele afirmou que o fundo será administrado pelos servidores e terá conselhos para garantir a gestão responsável.

Edel Maria De Lima e Silva, representante da Unipasgo, se manifestou contrária à medida e destacou a importância de se avaliar todas as opções possíveis para solucionar os problemas enfrentados pelo instituto e aqueles que podem surgir em decorrência das mudanças propostas.

O presidente do Ipasgo, Vinícius de Cecílio Luz, esclareceu que o projeto de lei prevê que os usuários que optarem pelo padrão de conforto básico ou especial terão garantidos os percentuais de desconto. Além disso, ele destacou que a ANS não deve ser vista como uma vilã, mas sim como uma oportunidade de melhoria na assistência à saúde dos servidores.

Durante a audiência, algumas preocupações foram levantadas por deputados e representantes de entidades, como a possibilidade de aumentos na mensalidade e a fiscalização da ANS. Entretanto, o presidente do Ipasgo esclareceu que o estado será o guardião e fará aportes necessários caso haja desequilíbrio entre a contribuição dos servidores e a receita e despesa, ocasionados pelo gasto assistencial dos servidores.

Vinícius de Cecílio Luz ressaltou que nenhum servidor terá prejuízo na sua remuneração e que, pelo contrário, estão vislumbrando inclusive uma melhoria na carreira desses servidores. O presidente do Ipasgo afirmou que entende as dúvidas levantadas com relação à questão do aproveitamento dos servidores, mas que o projeto de lei atende perfeitamente a situação.

Francisco Sérvulo Nogueira, secretário de Administração do Estado de **Goiás**, ressaltou a importância da transparência nas intenções do projeto de lei e agradeceu a presença do presidente do Ipasgo que esclareceu as motivações da transformação da personalidade jurídica do instituto. Nogueira destacou que a permanência do Ipasgo no orçamento geral do estado causava inconsistências fiscais e contábeis, levando a um problema de agravamento da crise fiscal do estado. A retirada do impacto do Ipasgo das contas públicas permitirá ao estado ter uma maior consistência na apuração das suas contas e evidenciar a capacidade de aumento de despesa e endividamento.

O procurador do Estado, Túlio Roberto, defendeu a emenda modificativa apresentada à proposta de alteração e esclareceu pontos importantes sobre a questão do modelo de gestão adequado para o instituto. Ele também respondeu a uma pergunta do deputado Talles Barreto sobre a privatização do Ipasgo e esclareceu que a proposta em si é vedada, conforme consta no Projeto de Lei.

Apesar das preocupações levantadas por alguns deputados e entidades, o deputado Amilton Filho (MDB) enfatizou a importância da mudança para o regime da ANS, o que irá possibilitar um atendimento maior aos usuários do Ipasgo.

No entanto, outros deputados, como Antônio Gomide (PT) e Major Araujo (PL), pediram mais discussão e cautela com relação à proposta de mudança de regime jurídico do Ipasgo. Gomide afirmou que o projeto precisa ser discutido minimamente com a sociedade e ser avaliado pela Comissão de Saúde da Casa. Major Araujo destacou que é importante preservar o Ipasgo e garantir que os servidores não fiquem desamparados.

Néia Vieira, presidente do Sindsaúde, também se manifestou contrária à medida, destacando a importância de garantir a participação do público na discussão e avaliar outras alternativas para solucionar os problemas do instituto.

Em resumo, a audiência pública realizada nesta terça-feira, 18, na **Alego** teve como objetivo discutir a mudança de regime jurídico do Ipasgo e contou com a participação de diversos envolvidos no assunto. Enquanto alguns defendem a proposta como uma oportunidade de melhorar a assistência à saúde dos servidores e resolver inconsistências fiscais e contábeis, outros pedem mais discussão e cautela com relação à medida.

A audiência pública foi uma oportunidade para que diversos pontos de vista fossem expostos e para que se pudesse debater a proposta de mudança de regime jurídico do Ipasgo de forma mais ampla e transparente. Cabe agora aos deputados avaliarem todas as informações e decidirem qual é a melhor medida a ser adotada para garantir a qualidade da assistência à saúde dos servidores públicos de **Goiás**.

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/131846/debate-alteracoes-no-ipasgo

Debate sobre Ipasgo

Deputados, autoridades estaduais, lideranças sindicais e servidores do Ipasgo lotaram o auditório da **Alego** nesta terça-feira,18, para debater e buscar alternativas sobre a possível mudança no regime jurídico do Instituto.

Na manhã desta terça-feira, 18, a Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) realizou uma audiência pública para discutir a mudança de regime jurídico do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo). A iniciativa do deputado Talles Barreto (UB) contou com a participação de diversas personalidades, entre elas o **conselheiro** do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-**GO**), **Celmar Rech**; o presidente do Ipasgo, Vinícius de Cecílio Luz; o procurador do Estado, Túlio Roberto; a representante da Unipasgo, Edel Maria de Lima e Silva; e o secretário de Administração de **Goiás**, Francisco Sérvulo Freire Nogueira.

Durante o debate, o **conselheiro Celmar Rech** destacou a importância da mudança de regime jurídico do Ipasgo e explicou as razões que levaram o **TCE**-**GO** a recomendar essa alteração. Segundo Rech, uma das principais inadequações que incomodaram o **TCE**-**GO** ao longo dos anos foi a inclusão das receitas do Ipasgo na Receita Corrente Líquida do estado. Ele defendeu a exclusão destas receitas para permitir uma melhor expressão do realismo fiscal nas contas do estado.

A deputada Bia de Lima (PT) destacou a importância do tema para a vida dos servidores públicos, que dependem do plano de saúde oferecido pelo Ipasgo. Ela também concordou com as preocupações levantadas pelo **TCE** e afirmou que os servidores públicos não são contrários às orientações do órgão. No entanto, a deputada mostrou preocupação com a mudança do regime jurídico, que pode colocar o plano de saúde dos servidores públicos sob a regulação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

O líder do governo na Casa, deputado Wilde Cambão (PSD), falou sobre a importância de preservar os direitos dos servidores públicos e garantir a gestão do instituto pelos próprios servidores. Ele afirmou que o fundo será administrado pelos servidores e terá conselhos para garantir a gestão responsável.

Edel Maria De Lima e Silva, representante da Unipasgo, se manifestou contrária à medida e destacou a importância de se avaliar todas as opções possíveis para solucionar os problemas enfrentados pelo instituto e aqueles que podem surgir em decorrência das mudanças propostas.

O presidente do Ipasgo, Vinícius de Cecílio Luz, esclareceu que o projeto de lei prevê que os usuários que optarem pelo padrão de conforto básico ou especial terão garantidos os percentuais de desconto. Além disso, ele destacou que a ANS não deve ser vista como uma vilã, mas sim como uma oportunidade de melhoria na assistência à saúde dos servidores.

Durante a audiência, algumas preocupações foram levantadas por deputados e representantes de entidades, como a possibilidade de aumentos na mensalidade e a fiscalização da ANS. Entretanto, o presidente do Ipasgo esclareceu que o estado será o guardião e fará aportes necessários caso haja desequilíbrio entre a contribuição dos servidores e a receita e despesa, ocasionados pelo gasto assistencial dos servidores.

Vinícius de Cecílio Luz ressaltou que nenhum servidor terá prejuízo na sua remuneração e que, pelo contrário, estão vislumbrando inclusive uma melhoria na carreira desses servidores. O presidente do Ipasgo afirmou que entende as dúvidas levantadas com relação à questão do aproveitamento dos servidores, mas que o projeto de lei atende perfeitamente a situação.

Francisco Sérvulo Nogueira, secretário de Administração do Estado de **Goiás**, ressaltou a importância da transparência nas intenções do projeto de lei e agradeceu a presença do presidente do Ipasgo que esclareceu as motivações da transformação da personalidade jurídica do instituto. Nogueira destacou que a permanência do Ipasgo no orçamento geral do estado causava inconsistências fiscais e contábeis, levando a um problema de agravamento da crise fiscal do estado. A retirada do impacto do Ipasgo das contas públicas permitirá ao estado ter uma maior consistência na apuração das suas contas e evidenciar a capacidade de aumento de despesa e endividamento.

O procurador do Estado, Túlio Roberto, defendeu a emenda modificativa apresentada à proposta de alteração e esclareceu pontos importantes sobre a questão do modelo de gestão adequado para o instituto. Ele também respondeu a uma pergunta do deputado Talles Barreto sobre a privatização do Ipasgo e esclareceu que a proposta em si é vedada, conforme consta no Projeto de Lei.

Apesar das preocupações levantadas por alguns deputados e entidades, o deputado Amilton Filho (MDB) enfatizou a importância da mudança para o regime da ANS, o que irá possibilitar um atendimento maior aos usuários do Ipasgo.

No entanto, outros deputados, como Antônio Gomide (PT) e Major Araujo (PL), pediram mais discussão e cautela com relação à proposta de mudança de regime jurídico do Ipasgo. Gomide afirmou que o projeto precisa ser discutido minimamente com a sociedade e ser avaliado pela Comissão de Saúde da Casa. Major Araujo destacou que é importante preservar o Ipasgo e garantir que os servidores não fiquem desamparados.

Néia Vieira, presidente do Sindsaúde, também se manifestou contrária à medida, destacando a importância de garantir a participação do público na discussão e avaliar outras alternativas para solucionar os problemas do instituto.

Em resumo, a audiência pública realizada nesta terça-feira, 18, na **Alego** teve como objetivo discutir a mudança de regime jurídico do Ipasgo e contou com a participação de diversos envolvidos no assunto. Enquanto alguns defendem a proposta como uma oportunidade de melhorar a assistência à saúde dos servidores e resolver inconsistências fiscais e contábeis, outros pedem mais discussão e cautela com relação à medida.

A audiência pública foi uma oportunidade para que diversos pontos de vista fossem expostos e para que se pudesse debater a proposta de mudança de regime jurídico do Ipasgo de forma mais ampla e transparente. Cabe agora aos deputados avaliarem todas as informações e decidirem qual é a melhor medida a ser adotada para garantir a qualidade da assistência à saúde dos servidores públicos de **Goiás**.

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/131846/debate-sobre-ipasgo

Talles Barreto encerra audiência pública que discute mudanças no Ipasgo

O deputado Talles Barreto (UB) encerrou a audiência pública realizada na manhã desta terça-feira,18, no plenário 2 do primeiro andar do Palácio Maguito Vilela, que discutiu a situação atual do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo). A iniciativa é proposta pelo deputado Talles Barreto (UB), vice-líder do Governo na Casa.

A discussão contou com personalidades de destaque no cenário político e jurídico do estado, dentre eles, o próprio autor da audiência, o deputado Talles Barreto; o **conselheiro** do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-**GO**), **Celmar Rech**; o presidente do Ipasgo, Vinícius de Cecílio Luz; o procurador do Estado, Túlio Roberto; a representante da Unipasgo, Edel Maria de Lima e Silva; e o secretário de Administração de **Goiás**, Francisco Sérvulo Freire Nogueira e, ainda, os deputados Antônio Gomide (PT), Bia de Lima (PT), Amilton Filho (MDB), Charles Bento (MDB), Coronel Adailton (Solidariedade), Issy Quinan (MDB), Lineu Olimpio (MDB).

A audiência discutiu as possíveis mudanças no regime jurídico do Ipasgo e as implicações que elas podem trazer para seus os servidores.

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/131841/talles-barreto-encerra-audiencia-publica-que-discute-mudancas-no-ipasgo

Alteração no regime jurídico do Ipasgo gera diversas discussões durante audiência pública na Alego

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) realiza nesta terça-feira, 18, uma audiência pública para discutir a mudança de regime jurídico do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo). A iniciativa do deputado Talles Barreto (UB) contou com a participação de diversas personalidades, entre elas o **conselheiro** do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-**GO**), **Celmar Rech** e o presidente da autarquia, Vinícius de Cecílio Luz.

O **conselheiro Celmar Rech** destacou a importância da mudança de regime jurídico do Ipasgo e explicou as razões que levaram o **TCE**-**GO** a recomendar essa alteração. Segundo Rech, uma das principais inadequações que incomodaram o **TCE**-**GO** ao longo dos anos foi a inclusão das receitas do Ipasgo na receita corrente líquida do estado. Ele defendeu a exclusão destas receitas para permitir uma melhor expressão do realismo fiscal nas contas do estado.

A deputada Bia de Lima (PT) destacou a importância do tema para a vida dos servidores públicos, que dependem do plano de saúde oferecido pelo Ipasgo. Ela também concordou com as preocupações levantadas pelo **TCE** e afirmou que os servidores públicos não são contrários às orientações do órgão. No entanto, a deputada pediu preocupação com a mudança do regime jurídico, que pode colocar o plano de saúde dos servidores públicos sob a regulação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Outra preocupação da deputada é com relação aqueles que já são concursados, como ficarão a situação desses servidores, ela alerta da possibilidade dessas pessoas ficarem em um limbo, sem carreira definida.

O líder do governo na Casa, deputado Wilde Cambão (PSD), falou sobre a importância de preservar os direitos dos servidores públicos e garantir a gestão do instituto pelos próprios servidores. Ele afirmou que o fundo será administrado pelos servidores e terá conselhos para garantir a gestão responsável.

Edel Maria De Lima e Silva, representante da Unipasgo, se manifestou contrária à medida e destacou a importância de se avaliar todas as opções possíveis para solucionar os problemas enfrentados pelo instituto e aqueles que podem surgir em decorrência das mudanças propostas.

O presidente do Ipasgo, Vinícius de Cecilio Luz, esclareceu que o projeto de lei prevê que os usuários que optarem pelo padrão de conforto básico ou especial terão garantidos os percentuais de desconto e o sistema assistencial da extinta autarquia. Além disso, ele destacou que a ANS não deve ser vista como uma vilã, mas sim como uma oportunidade de melhoria na assistência à saúde dos servidores.

Durante a audiência, algumas preocupações foram levantadas por deputados e representantes de entidades, como a possibilidade de aumentos na mensalidade e a fiscalização da ANS. Entretanto, o presidente do Ipasgo esclareceu que o estado será o guardião e fará aportes necessários caso haja desequilíbrio entre a contribuição dos servidores e a receita e despesa, ocasionados pelo gasto assistencial dos servidores.

Vinícius de Cecílio Luz ressaltou que nenhum servidor terá prejuízo na sua remuneração e que, pelo contrário, estão vislumbrando inclusive uma melhoria na carreira desses servidores. O presidente do Ipasgo afirmou que entende as dúvidas levantadas com relação à questão do aproveitamento dos servidores, mas que o projeto de lei atende perfeitamente a situação.

Francisco Sérvulo Freire Nogueira, secretário de Administração do Estado de **Goiás**, ressaltou a importância da transparência nas intenções do projeto de lei e agradeceu a presença do presidente do Ipasgo, Vinicius de Cecílio Luz na audiência. Nogueira destacou que a permanência do Ipasgo no orçamento geral do estado causava inconsistências fiscais e contábeis, levando a um problema de agravamento da crise fiscal do estado. A retirada do impacto do Ipasgo das contas públicas permitirá ao estado ter uma maior consistência na apuração das suas contas e evidenciar a capacidade de aumento de despesa e endividamento.

O procurador do Estado, Túlio Roberto, defendeu a emenda modificativa apresentada à proposta de alteração e esclareceu pontos importantes sobre a

questão do modelo de gestão adequado para o instituto. Ele também respondeu a uma pergunta do deputado Talles Barreto sobre a privatização do Ipasgo e esclareceu que a proposta em si é vedada, conforme consta no Projeto de Lei.

O deputado Lincoln Tejota(UB), também falou da importância de se manter o foco no servidor público e ressaltou que a principal preocupação sempre foi garantir que os servidores não ficassem desamparados em caso de mudanças no Ipasgo.

Por fim, o deputado Amilton Filho (MDB) destacou que a mudança proposta não trará aumento na contribuição dos servidores públicos e enfatizou a importância da mudança para o regime da ANS, o que irá possibilitar um atendimento maior aos usuários do Ipasgo.

A discussão continua na **Alego** e promete gerar novas informações sobre o tema.

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/131840/alteracao-no-regime-juridico-do-ipasgo-gera-diversas-discussoes-durante-audiencia-publica-na-alego

Tribunal de Contas multa presidente da Goiásprev em R$ 13 mil

Multa de R$ 13 mil, aplicada ao presidente da autarquia, ainda cabe recurso (Reprodução/Goiásprev)

O **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE-GO**) multou o atual presidente da **Goiás** Previdência (Goiásprev), Gilvan Cândido da Silva, no valor de R$ 13,2 mil por descumprimento de "diligências determinadas em processo que julga concessão de pensão".

O processo foi relatado pelo **conselheiro Edson Ferrari** e aprovado na última quinta-feira (13). De acordo com o Tribunal de Contas, Cândido ignorou por "reiteradas vezes" mandados de intimação expedidos conforme sugerido em instrução técnica do Serviço de Atos de Pessoal do órgão, o que teria prejudicado o curso do processo.

O órgão argumenta que multas como essa são aplicáveis nos casos em que o gestor descumpre uma diligência sem justificativa razoável, o que enquadraria o ato do presidente da Goiásprev.

Vale destacar que ainda cabe recurso da decisão do **TCE-GO**.

O POPULAR entrou em contato com a Goiásprev sobre o caso e aguarda retorno.

Site: https://opopular.com.br/cidades/tribunal-de-contas-multa-presidente-da-goiasprev-em-r-13-mil-1.3020006

Deputado Talles Barreto destaca necessidade de ouvir representante do TCE durante audiência pública na Alego

Durante a audiência pública sobre a mudança no regime jurídico do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo), que segue sendo realizada no Auditório 2 da **Alego**, o deputado Talles Barreto (UB), primeiro agradeceu a presença dos deputados e demais autoridades, depois estendeu o cumprimento aos demais representantes de entidades e órgãos relacionados ao segmento da saúde.

"Inicialmente essa matéria chegou aqui na Assembleia Legislativa de **Goiás** (**Alego**) quando o **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**) fez um questionamento quanto às contas do Ipasgo. O **conselheiro** **Celmar Rech** já vinha observando as contas do Ipasgo há muito tempo, entendendo que essas contas deveriam ser separadas das contas do Governo. Então vamos ouvir o **conselheiro** para entender o porquê da necessidade dessa mudança", pontuou o deputado na manhã desta terça-feira,18.

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/131836/deputado-talles-barreto-destaca-necessidade-de-ouvir-representante-do-tce-durante-audiencia-publica-na-alego

Talles Barreto destaca necessidade de ouvir representante do TCE durante audiência pública na Alego

Durante a audiência pública sobre a mudança no regime jurídico do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo), que segue sendo realizada no Plenário 2 da **Alego**, o deputado Talles Barreto (UB) primeiro agradeceu a presença dos deputados e demais autoridades, depois estendeu o cumprimento aos demais representantes de entidades e órgãos relacionados ao segmento da saúde.

"Inicialmente essa matéria chegou aqui na Assembleia Legislativa de **Goiás** (**Alego**) quando o **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**) fez um questionamento quanto às contas do Ipasgo. O **conselheiro** **Celmar Rech** já vinha observando as contas do Ipasgo há muito tempo, entendendo que essas contas deveriam ser separadas das contas do Governo. Então vamos ouvir o **conselheiro** para entender o porquê da necessidade dessa mudança", pontuou o deputado na manhã desta terça-feira,18.

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/131836/talles-barreto-destaca-necessidade-de-ouvir-representante-do-tce-durante-audiencia-publica-na-alego

Mesa é composta em audiência pública que discute mudança de regime jurídico do Ipasgo

Na manhã desta terça-feira, 18, acontece no Auditório 2 da Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**), uma audiência pública para tratar da mudança de regime jurídico do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo). A iniciativa é proposta pelo deputado Talles Barreto (UB), vice-líder do Governo na Casa.

A mesa da audiência é composta por personalidades de destaque no cenário político e jurídico do estado. Entre eles, o autor da audiência, deputado Talles Barreto, que preside os trabalhos; o **conselheiro** do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-**GO**), **Celmar Rech**; o presidente do Ipasgo, Vinícius de Cecílio Luz; o procurador do Estado, Túlio Roberto; a representante da Unipasgo, Edel Maria de Lima e Silva; e o secretário de Administração de **Goiás**, Francisco Sérvulo Freire Nogueira.

A audiência tem como objetivo discutir as possíveis mudanças no regime jurídico do Ipasgo e as implicações que elas podem trazer para os servidores públicos de **Goiás**. O debate conta com a participação de representantes de diversos setores da sociedade, incluindo servidores públicos e sindicalistas.

A iniciativa do deputado Talles Barreto e a composição da mesa refletem a importância do debate e a preocupação das autoridades com o serviço prestado aos servidores públicos do estado.

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/131835/mesa-e-composta-em-audiencia-publica-que-discute-mudanca-de-regime-juridico-do-ipasgo

Deputado Talles Barreto declara aberta audiência para discutir situação atual do Ipasgo

Sob o comando da deputado Talles Barreto (UB), a Assembleia Legislativa de **Goiás** (**Alego**) está realizando na manhã desta terça-feira, 18, no auditório da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a audiência pública sobre a situação atual do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo).

Atendendo uma determinação do Tribunal de Contas (**TCE**), o instituto deve deixar de ser uma autarquia estadual para se transformar em um Serviço Social Autônomo (SSA).

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/131831/deputado-talles-barreto-declara-aberta-audiencia-para-discutir-situacao-atual-do-ipasgo

Pedido de vistas adia novamente votação de mudança do Ipasgo

Após novo pedido de vistas da oposição, o projeto que muda a natureza jurídica do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de **Goiás** (Ipasgo) segue na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de **Goiás** (**Alego**). O texto prevê que o instituto deixa de ser autarquia e passa a ser considerado serviço social autônomo (SSA).

O adiamento na CCJ ocorreu após uma sessão extraordinária nesta terça-feira (18), logo depois que o projeto passou pela Comissão Mista, com 24 votos favoráveis e sete contrários. O pedido de vistas, dos deputados Mauro Rubem (PT) e Major Araújo (PL), adia novamente a realização da primeira votação, que regimentalmente ocorre apenas após a aprovação do texto pela CCJ.

A proposta começou a tramitar na semana passada e é alvo de discórdia. A minuta do anteprojeto foi apresentada no fim de março pelo governo estadual, com a justificativa de que se tratava de uma exigência do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO).

A determinação foi feita pelo **TCE**-GO com o argumento de que o estado não pode utilizar os recursos do Ipasgo na conta da Receita Corrente Líquida (RCL). Ela consta no relatório de contas do governador Ronaldo Caiado (UB), referente ao ano de 2021, que ainda não foi votado na Assembleia Legislativa de **Goiás** (**Alego**).

Com base nisso, o presidente do **TCE**-GO, Saulo Mesquita, disse, em audiência pública, que o estado poderia encontrar outras alternativas para retirar o Ipasgo da RCL e, por isso, a mudança da natureza jurídica do Ipasgo se tratava de uma "opção política", de responsabilidade da **Alego** e do Executivo.

As entidades, servidores e deputados da oposição que são contrários ao projeto se apegaram a essa fala de Mesquita e chamam a mudança de natureza jurídica do Ipasgo de "privatização". O assunto tem gerado debate entre as categorias.

Antes de enviar o texto à **Alego**, o governo acatou as alterações sugeridas por parlamentares e pela Associação Representativa dos Servidores do Ipasgo (Unipasgo), com as garantias de reaproveitamento dos trabalhadores do instituto no estado mais detalhadas.

Votos em separado

Na Comissão Mista na semana passada, o projeto recebeu pedidos de vistas dos deputados Mauro Rubem (PT), Antônio Gomide (PT), Coronel Adailton (Solidariedade), Eduardo Prado (PL) e Fred Rodrigues (DC).

Os principais pontos questionados pelos deputados nos votos em separado foram o fato de que a garantia de aporte pelo estado, no projeto, está condicionada à disponibilidade financeira e a limitação do prazo de 10 anos para que esse repasse seja feito. O tema foi exaustivamente discutido na comissão.

Parlamentares da oposição também questionaram a rapidez da tramitação do projeto. "Acho importante que essa matéria não seja apreciada de maneira tão açodada como está sendo. É um assunto bilionário e gostaria de entender a razão de mexer na cadeia produtiva dessa forma. Esse instituto vai perder credibilidade de segurados, impactando diretamente na rede de atenção à saúde suplementar", argumentou Rubem.

Ainda na comissão, o líder do governo, Wilde Cambão (PSD), pediu vistas e, em seguida, apresentou voto em separado com uma proposta de emenda e acatando apenas o voto em separado de Coronel Adailton (Solidariedade), que acrescentou os militares entre os servidores. O relatório de Cambão foi aprovado na Comissão Mista com 23 votos favoráveis e 7 contrários.

No plenário, o deputado Antônio Gomide (PT) emendou o projeto e o texto precisou ser apreciado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), para a qual foi convocada sessão extraordinária ainda na terça.

Na emenda, Gomide propôs que a escolha da diretoria-executiva passe pelos servidores e não pelo governador, como está previsto. "Com o intuito de deixar o processo de composição da diretoria-executiva do órgão menos suscetível a intervenções externas, fazendo com que os próprios servidores realizem a eleição de seus representantes, sem que haja indicação do Poder Executivo para presidência e diretorias", justificou.

Site: https://opopular.com.br/politica/pedido-de-vistas-adia-novamente-votac-o-de-mudanca-do-ipasgo-1.3020315

O Ipasgo não é do governo (Artigo)

Antônio Gomide

Antônio Gomide

18 de abril de 2023 às 21:22

Hoje o Ipasgo é um patrimônio dos goianos. É um porto seguro, ainda que carente de melhorias, para os servidores. Tem a salvaguarda do poder público e a garantia de que seu objetivo maior é oferecer assistência ampla, como direito constitucional daqueles que integram e fazem o Estado funcionar. São 60 anos de história, que agora estão em risco. Projeto do governo quer transformar a autarquia em Serviço Social Autônomo. Em outras palavras, quer dar ao Ipasgo caráter privado, tirando-lhe exatamente aquilo que é sua razão de ser: o olhar público.

O que está em jogo não é o bem dos goianos, e sim o mau uso de um bem goiano. É o ambicioso intento de dar posse e propriedade de uma receita superior a R$ 2 bilhões por ano, a quem não tem o compromisso com a assistência ampla, para todos, e sim com o viés do lucro. Em vez do benefício público, teremos comandando o Ipasgo o interesse privado. Não é entregando a terceiros que vamos preservar o que é devido aos trabalhadores do Estado e, por extensão, ao povo goiano. Não é agindo contra o interesse maior dos servidores que o governo vai corrigir o erro que vem cometendo contra a autarquia e que agora foi apontado pelo **Tribunal de Contas do Estado**.

Triste realidade: a apressada decisão do governador Ronaldo Caiado, de transformar o Ipasgo em Serviço Social Autônomo, é mais uma contradição de quem prometeu, em campanha, fazer exatamente o contrário do que está fazendo agora. Em vez de "devolver Goiás aos goianos", ele está tirando dos goianos o que lhes é devido, para entregar sabe-se lá a quem e para quê. E isso depois de tirar a licença prêmio, o quinquênio e não devolver a titularidade (promessa de campanha) aos nossos professores; depois de elevar a 14,5% a cobrança da previdência dos aposentados, e depois de tomar dos servidores o seu hospital.

Os fatos são claros: este é um governo de muito discurso e zero resultado para os servidores públicos, e, consequentemente, para os cidadãos goianos. Não podemos aceitar que nossas conquistas, o nosso patrimônio, nos sejam simplesmente tiradas e transferidas para quem não tem compromisso com o Estado e com os servidores. Um governo que tenha o povo goiano como prioridade verdadeira precisa fazer escolhas que resultem em ganhos diretos, incontestáveis, aos próprios goianos.

Não podemos aceitar que qualquer mudança no regime jurídico do Ipasgo seja feita sem ampla discussão com os maiores interessados: os servidores goianos. Que transparência é essa que não ouve o servidor na hora de decidir a sua vida? Que correria é essa do governo para aprovar na Assembleia a sua vontade, sem dar vez e voz a mais contraditórios, à sociedade? Por que o rolo compressor da maioria governista se podemos pensar juntos o melhor caminho para que o Ipasgo continue a ser dos goianos? Vamos manter e melhorar o Ipasgo, com boa gestão e mais investimentos, para não termos que, um dia, quem sabe, devolvê-lo aos goianos.

Site: https://opopular.com.br/opiniao/o-ipasgo-n-o-e-do-governo-1.3020279

Simpósio Nacional de Educação terá palestra com ministro Camilo Santana

A Redação

Goiânia - O V Simpósio Nacional de Educação (5º Sined) será realizado de 10 a 12 de maio, em **Goiânia**, na sede do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-**GO**). São esperados palestrantes de renome como a professora Claudia Costin e o ministro da Educação Camilo Santana. O período de inscrições já está aberto no site e as vagas são limitadas.

O evento vai promover debates, palestras e oficinas que vão abordar os desafios e oportunidades para uma educação mais inclusiva e que realmente prepare crianças e jovens para a construção de uma sociedade mais justa, harmônica e menos desigual.

Serviço

Simpósio Nacional de Educação

De 10 a 12 de maio de 2023

Auditório **Conselheiro** José Sebba

Tribunal de Contas do Estado de **Goiás** - **TCE**-**GO**

Site:
https://www.aredacao.com.br/noticias/185809/simposio-nacional-de-educacao-tera-palestra-com-ministro-camilo-santana

Mudança no regime jurídico do Ipasgo gera discussões na Assembleia

A Redação

Goiânia - A Assembleia Legislativa de **Goiás** (**Alego**) realizou nesta terça-feira (18/4) uma audiência pública para discutir a mudança de regime jurídico do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo). Durante o debate, o **conselheiro Celmar Rech** destacou a importância da mudança de regime jurídico do Ipasgo e explicou as razões que levaram o **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-**GO**) a recomendar essa alteração.

Segundo Rech, uma das principais inadequações que incomodaram o **TCE**-**GO** ao longo dos anos foi a inclusão das receitas do Ipasgo na Receita Corrente Líquida do estado. Ele defendeu a exclusão destas receitas para permitir uma melhor expressão do realismo fiscal nas contas do estado.

A deputada Bia de Lima (PT) destacou a importância do tema para a vida dos servidores públicos, que dependem do plano de saúde oferecido pelo Ipasgo. Ela também concordou com as preocupações levantadas pelo **TCE** e afirmou que os servidores públicos não são contrários às orientações do órgão. No entanto, a deputada mostrou preocupação com a mudança do regime jurídico, que pode colocar o plano de saúde dos servidores públicos sob a regulação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

O líder do governo na Casa, deputado Wilde Cambão (PSD), falou sobre a importância de preservar os direitos dos servidores públicos e garantir a gestão do instituto pelos próprios servidores. Ele afirmou que o fundo será administrado pelos servidores e terá conselhos para garantir a gestão responsável.

Edel Maria De Lima e Silva, representante da Unipasgo, se manifestou contrária à medida e destacou a importância de se avaliar todas as opções possíveis para solucionar os problemas enfrentados pelo instituto e aqueles que podem surgir em decorrência das mudanças propostas.

O presidente do Ipasgo, Vinícius de Cecílio Luz, esclareceu que o projeto de lei prevê que os usuários que optarem pelo padrão de conforto básico ou especial terão garantidos os percentuais de desconto. Além disso, ele destacou que a ANS não deve ser vista como uma vilã, mas sim como uma oportunidade de melhoria na assistência à saúde dos servidores.

Durante a audiência, algumas preocupações foram levantadas por deputados e representantes de entidades, como a possibilidade de aumentos na mensalidade e a fiscalização da ANS. Entretanto, o presidente do Ipasgo esclareceu que o estado será o guardião e fará aportes necessários caso haja desequilíbrio entre a contribuição dos servidores e a receita e despesa, ocasionados pelo gasto assistencial dos servidores.

Vinícius de Cecílio Luz ressaltou que nenhum servidor terá prejuízo na sua remuneração e que, pelo contrário, estão vislumbrando inclusive uma melhoria na carreira desses servidores. O presidente do Ipasgo afirmou que entende as dúvidas levantadas com relação à questão do aproveitamento dos servidores, mas que o projeto de lei atende perfeitamente a situação.

Francisco Sérvulo Nogueira, secretário de Administração do Estado de **Goiás**, ressaltou a importância da transparência nas intenções do projeto de lei e agradeceu a presença do presidente do Ipasgo que esclareceu as motivações da transformação da personalidade jurídica do instituto. Nogueira destacou que a permanência do Ipasgo no orçamento geral do estado causava inconsistências fiscais e contábeis, levando a um problema de agravamento da crise fiscal do estado. A retirada do impacto do Ipasgo das contas públicas permitirá ao estado ter uma maior consistência na apuração das suas contas e evidenciar a capacidade de aumento de despesa e endividamento.

O procurador do Estado, Túlio Roberto, defendeu a emenda modificativa apresentada à proposta de alteração e esclareceu pontos importantes sobre a questão do modelo de gestão adequado para o instituto. Ele também respondeu a uma pergunta do deputado Talles Barreto sobre a privatização do Ipasgo e esclareceu que a proposta em si é vedada, conforme consta no Projeto de Lei.

Apesar das preocupações levantadas por alguns deputados e entidades, o deputado Amilton Filho (MDB) enfatizou a importância da mudança para o regime da ANS, o que irá possibilitar um atendimento maior aos usuários do Ipasgo.

No entanto, outros deputados, como Antônio Gomide (PT) e Major Araujo (PL), pediram mais discussão e cautela com relação à proposta de mudança de regime jurídico do Ipasgo. Gomide afirmou que o projeto precisa ser discutido minimamente com a sociedade e ser avaliado pela Comissão de Saúde da Casa. Major Araujo destacou que é importante preservar o Ipasgo e garantir que os servidores não fiquem desamparados.

Néia Vieira, presidente do Sindsaúde, também se manifestou contrária à medida, destacando a importância de garantir a participação do público na discussão e avaliar outras alternativas para solucionar os problemas do instituto.

Em resumo, a audiência pública realizada nesta terça-feira, 18, na **Alego** teve como objetivo discutir a mudança de regime jurídico do Ipasgo e contou com a participação de diversos envolvidos no assunto. Enquanto alguns defendem a proposta como uma oportunidade de melhorar a assistência à saúde dos servidores e resolver inconsistências fiscais e contábeis, outros pedem mais discussão e cautela com relação à medida.

A audiência pública foi uma oportunidade para que diversos pontos de vista fossem expostos e para que se pudesse debater a proposta de mudança de regime jurídico do Ipasgo de forma mais ampla e transparente. Cabe agora aos deputados avaliarem todas as informações e decidirem qual é a melhor medida a ser adotada para garantir a qualidade da assistência à saúde dos servidores públicos de **Goiás**.

Site:
https://www.aredacao.com.br/noticias/185804/mudanca-no-regime-juridico-do-ipasgo-gera-discussoes-na-assembleia

Mesa é composta em audiência pública que discute mudança de regime jurídico do Ipasgo

Na manhã desta terça-feira, 18, acontece no Auditório 2 da Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**), uma audiência pública para tratar da mudança de regime jurídico do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo). A iniciativa é proposta pelo deputado Talles Barreto (UB), vice-líder do Governo na Casa.

A mesa da audiência é composta por personalidades de destaque no cenário político e jurídico do estado. Entre eles, o autor da audiência, deputado Talles Barreto, que preside os trabalhos; o **conselheiro** do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-**GO**), **Celmar Rech**; o presidente do Ipasgo, Vinícius de Cecílio Luz; o procurador do Estado, Túlio Roberto; a representante da Unipasgo, Edel Maria de Lima e Silva; e o secretário de Administração de **Goiás**, Francisco Sérvulo Freire Nogueira.

A audiência tem como objetivo discutir as possíveis mudanças no regime jurídico do Ipasgo e as implicações que elas podem trazer para os servidores públicos de **Goiás**. O debate conta com a participação de representantes de diversos setores da sociedade, incluindo servidores públicos e sindicalistas.

A iniciativa do deputado Talles Barreto e a composição da mesa refletem a importância do debate e a preocupação das autoridades com o serviço prestado aos servidores públicos do estado.

Site: https://brasilemfolhas.com/2023/04/18/mesa-e-composta-em-audiencia-publica-que-discute-mudanca-de-regime-juridico-do-ipasgo/

Deputado Talles Barreto declara aberta audiência para discutir situação atual do Ipasgo

Sob o comando da deputado Talles Barreto (UB), a Assembleia Legislativa de **Goiás** (**Alego**) está realizando na manhã desta terça-feira, 18, no auditório da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a audiência pública sobre a situação atual do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo).

Atendendo uma determinação do Tribunal de Contas (**TCE**), o instituto deve deixar de ser uma autarquia estadual para se transformar em um Serviço Social Autônomo (SSA).

Site: https://brasilemfolhas.com/2023/04/18/deputado-talles-barreto-declara-aberta-audiencia-para-discutir-situacao-atual-do-ipasgo/

Alteração no regime jurídico do Ipasgo gera diversas discussões durante audiência pública na Alego

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) realiza nesta terça-feira, 18, uma audiência pública para discutir a mudança de regime jurídico do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo). A iniciativa do deputado Talles Barreto (UB) contou com a participação de diversas personalidades, entre elas o **conselheiro** do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-**GO**), **Celmar Rech** e o presidente da autarquia, Vinícius de Cecílio Luz.

O **conselheiro** **Celmar Rech** destacou a importância da mudança de regime jurídico do Ipasgo e explicou as razões que levaram o **TCE**-**GO** a recomendar essa alteração. Segundo Rech, uma das principais inadequações que incomodaram o **TCE**-**GO** ao longo dos anos foi a inclusão das receitas do Ipasgo na receita corrente líquida do estado. Ele defendeu a exclusão destas receitas para permitir uma melhor expressão do realismo fiscal nas contas do estado.

A deputada Bia de Lima (PT) destacou a importância do tema para a vida dos servidores públicos, que dependem do plano de saúde oferecido pelo Ipasgo. Ela também concordou com as preocupações levantadas pelo **TCE** e afirmou que os servidores públicos não são contrários às orientações do órgão. No entanto, a deputada pediu preocupação com a mudança do regime jurídico, que pode colocar o plano de saúde dos servidores públicos sob a regulação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Outra preocupação da deputada é com relação aqueles que já são concursados, como ficarão a situação desses servidores, ela alerta da possibilidade dessas pessoas ficarem em um limbo, sem carreira definida.

O líder do governo na Casa, deputado Wilde Cambão (PSD), falou sobre a importância de preservar os direitos dos servidores públicos e garantir a gestão do instituto pelos próprios servidores. Ele afirmou que o fundo será administrado pelos servidores e terá conselhos para garantir a gestão responsável.

Edel Maria De Lima e Silva, representante da Unipasgo, se manifestou contrária à medida e destacou a importância de se avaliar todas as opções possíveis para solucionar os problemas enfrentados pelo instituto e aqueles que podem surgir em decorrência das mudanças propostas.

O presidente do Ipasgo, Vinícius de Cecilio Luz, esclareceu que o projeto de lei prevê que os usuários que optarem pelo padrão de conforto básico ou especial terão garantidos os percentuais de desconto e o sistema assistencial da extinta autarquia. Além disso, ele destacou que a ANS não deve ser vista como uma vilã, mas sim como uma oportunidade de melhoria na assistência à saúde dos servidores.

Durante a audiência, algumas preocupações foram levantadas por deputados e representantes de entidades, como a possibilidade de aumentos na mensalidade e a fiscalização da ANS. Entretanto, o presidente do Ipasgo esclareceu que o estado será o guardião e fará aportes necessários caso haja desequilíbrio entre a contribuição dos servidores e a receita e despesa, ocasionados pelo gasto assistencial dos servidores.

Vinícius de Cecílio Luz ressaltou que nenhum servidor terá prejuízo na sua remuneração e que, pelo contrário, estão vislumbrando inclusive uma melhoria na carreira desses servidores. O presidente do Ipasgo afirmou que entende as dúvidas levantadas com relação à questão do aproveitamento dos servidores, mas que o projeto de lei atende perfeitamente a situação.

Francisco Sérvulo Freire Nogueira, secretário de Administração do Estado de **Goiás**, ressaltou a importância da transparência nas intenções do projeto de lei e agradeceu a presença do presidente do Ipasgo, Vinicius de Cecílio Luz na audiência. Nogueira destacou que a permanência do Ipasgo no orçamento geral do estado causava inconsistências fiscais e contábeis, levando a um problema de agravamento da crise fiscal do estado. A retirada do impacto do Ipasgo das contas públicas permitirá ao estado ter uma maior consistência na apuração das suas contas e evidenciar a capacidade de aumento de despesa e endividamento.

O procurador do Estado, Túlio Roberto, defendeu a emenda modificativa apresentada à proposta de alteração e esclareceu pontos importantes sobre a

questão do modelo de gestão adequado para o instituto. Ele também respondeu a uma pergunta do deputado Talles Barreto sobre a privatização do Ipasgo e esclareceu que a proposta em si é vedada, conforme consta no Projeto de Lei.

O deputado Lincoln Tejota(UB), também falou da importância de se manter o foco no servidor público e ressaltou que a principal preocupação sempre foi garantir que os servidores não ficassem desamparados em caso de mudanças no Ipasgo.

Por fim, o deputado Amilton Filho (MDB) destacou que a mudança proposta não trará aumento na contribuição dos servidores públicos e enfatizou a importância da mudança para o regime da ANS, o que irá possibilitar um atendimento maior aos usuários do Ipasgo.

A discussão continua na **Alego** e promete gerar novas informações sobre o tema.

Site: https://brasilemfolhas.com/2023/04/18/alteracao-no-regime-juridico-do-ipasgo-gera-diversas-discussoes-durante-audiencia-publica-na-alego/

Talles Barreto encerra audiência pública que discute mudanças no Ipasgo

O deputado Talles Barreto (UB) encerrou a audiência pública realizada na manhã desta terça-feira,18, no plenário 2 do primeiro andar do Palácio Maguito Vilela, que discutiu a situação atual do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo). A iniciativa é proposta pelo deputado Talles Barreto (UB), vice-líder do Governo na Casa.

A discussão contou com personalidades de destaque no cenário político e jurídico do estado, dentre eles, o próprio autor da audiência, o deputado Talles Barreto; o **conselheiro** do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-**GO**), **Celmar Rech**; o presidente do Ipasgo, Vinícius de Cecílio Luz; o procurador do Estado, Túlio Roberto; a representante da Unipasgo, Edel Maria de Lima e Silva; e o secretário de Administração de **Goiás**, Francisco Sérvulo Freire Nogueira e, ainda, os deputados Antônio Gomide (PT), Bia de Lima (PT), Amilton Filho (MDB), Charles Bento (MDB), Coronel Adailton (Solidariedade), Issy Quinan (MDB), Lineu Olimpio (MDB).

A audiência discutiu as possíveis mudanças no regime jurídico do Ipasgo e as implicações que elas podem trazer para seus os servidores.

Site: https://brasilemfolhas.com/2023/04/18/talles-barreto-encerra-audiencia-publica-que-discute-mudancas-no-ipasgo/

Presidente do CNPTC media debate sobre a Primeira Infância

ascom.cnptc

O presidente do CNPTC (Conselho Nacional dos Presidente dos Tribunais de Contas), Luiz Antonio Guaraná, também presidente-**conselheiro** do TCMRio, foi o mediador do Painel: O que os Tribunais de Contas podem fazer pela Primeira Infância? A programação faz parte do "II Seminário Nacional - A Primeira Infância e os Tribunais de Contas", que começou hoje (18/04), em Florianópolis, reunindo membros do Sistema de Contas do país com o objetivo de discutir os avanços e desafios desse, que é um dos mais importantes temas relacionados à Política Pública da Educação. O painel teve como palestrantes os Conselheiros Edilberto Carlos Pontes Lima, Presidente do IRB, **Edson José Ferrari**, Presidente do Comitê Técnico do Instituto e Herneus João De Nadal, Presidente do **TCE** de Santa Catarina.

Guaraná está acompanhando a extensa programação, incluindo painéis, palestras e debates sobre implantação e implementação de políticas públicas na primeira infância, junto com o vice-presidente do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, **Conselheiro** Thiago Kwiatkowski, e o **Conselheiro**-Substitutito, Dicler Forestieri, representante do TCMRio no Comitê Técnico de Avaliação do **Pacto Nacional pela Primeira Infância** do Instituto Rui Barbosa (IRB).

Na cerimônia de abertura do evento, que acontece na sede do **Tribunal de Contas do Estado** de Santa Catarina, o presidente do CNPTC destacou que, "investir na aprendizagem significa priorizar a formação de capital humano, um dos principais fatores de crescimento de uma nação". Lembrou, ainda, que "estudos demonstram que frequentar a escola desde a primeira infância traz benefícios múltiplos, como o desenvolvimento de competências afetivas, sociais e cognitivas, ajudando na formação de bases estruturais para a aprendizagem. No futuro, esses aspectos impactarão positivamente na renda e na qualidade de vida".

Ainda pela manhã, a Professora- Associada da Faculdade de Medicina do Ceará - UFC e Cientista-Chefe da Funcap, Márcia Tavares Machado, abordou o tema: Momento de garantir o direito ao pleno crescimento e desenvolvimento da criança - como fazer? Em seguida, Vital Didonet, da Rede Nacional da Primeira Infância (RNPI), detalhou o "Marco Legal da Primeira Infância".

"O Panorama da Primeira Infância no Brasil: avanços e desafios na proteção integral de crianças e adolescentes", foi debatido pelo Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Ariel de Castro Alves. Já a Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Paraná e Presidente do Colégio de Coordenadorias da Infância e Juventude dos Tribunais de Justiça do Brasil, Noeli Salete Tavares Reback, abordou "A necessidade de investir na Primeira Infância". Além desses assuntos, outro tema que ganhou destaque foi "Criança, prioridade absoluta na Lei, no orçamento e nas nossas ações", conduzido pelo presidente do IRB, **Conselheiro** Edilberto Pontes.

Organizado pelo Instituto Rui Barbosa e pelos Tribunais de Contas de Santa Catarina e de **Goiás**, o Seminário segue até amanhã atendendo às expectativas de aprimoramento de avaliação das políticas voltadas para a primeira infância, do monitoramento dos indicadores, dois assuntos integrantes da Carta de Fortaleza, documento final do Encontro Nacional realizado pelo Sistema de Contas no ano passado, além do acompanhamento da elaboração e da execução dos planos estaduais e municipais voltados para essa faixa etária.

Site: https://www.cnptcbr.org/presidente-do-cnptc-media-debate-sobre-a-primeira-infancia/

Em debate sobre Ipasgo, conselheiro do TCE explica importância de mudança no regime jurídico

O **conselheiro** do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-**GO**), **Celmar Rech**, defendeu a mudança de regime jurídico do Ipasgo , em audiência pública, realizada na Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**), nesta terça-feira (18). O objetivo central da reunião foi a discussão da alteração que está dividindo opiniões entre autoridades estaduais, lideranças sindicais e servidores.

Rech explicou a importância das mudanças do regime jurídico do Ipasgo defendendo a decisão de transformar o Ipasgo em Serviço Social Autônomo (SSA). O **conselheiro** do **TCE**, órgão responsável pela recomendação da alteração, destacou que uma das principais inadequações encontradas foi a inclusão das receitas do Ipasgo na Receita Corrente Líquida do Estado (RCL).

Conforme o **conselheiro**, a exclusão destas receitas vai permitir uma melhor expressão do realismo fiscal nas contas de **Goiás**. O relatório do **TCE**-**GO** sobre as contas do Poder Executivo , apresentado como embasamento, mostra que tais receitas decorrem de descontos de servidores públicos estaduais, municipais e de pagamentos de mensalidades de segurados agregados do Ipasgo e outras receitas do próprio órgão.

O **TCE** pondera que estes recursos são utilizados para pagamentos de despesas médicas relacionadas aos segurados, e a inserção desta receita na RCL resulta em um incremento artificial no indicador. Nesse contexto, o resultado é um aumento da despesa com pessoal e endividamento público.

Leia mais sobre: Ipasgo / regime jurídico Ipasgo / **TCE**-**GO** / Notícias do Estado

Estagiária de Jornalismo do convênio entre a UFG e o Diário de **Goiás**.

Publicado por Diário de **Goiás** Comunicação Ltda desde abril de 2012.

Diário de **Goiás** é marca registrada no INPI.

Fundado em 2012.

Site: https://diariodegoias.com.br/em-debate-sobre-ipasgo-conselheiro-do-tce-explica-importancia-de-mudanca-no-regime-juridico/290464/

Projeto do Ipasgo é aprovado pela Comissão Mista da Assembleia Legislativa

Ratinho Notícias

A votação terminou com 23 votos a favor e 7 votos contrários; nesta terça-feira, 18, haverá ainda sessão extraordinária

Deputados estaduais da Comissão Mista aprovaram o projeto de lei de alteração da natureza jurídica do Ipasgo, nesta terça-feira, 18. Parte do colegiado defendeu que a proposta atendesse a alteração conforme as orientações do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**). Outra parcela, a oposição ao governo, alegou que as mudanças afetam o Instituto.

"Essa é a melhor opção para cumprirmos a determinação do **TCE** [**Tribunal de Contas do Estado**]. Vejo que é um modelo que vai dar certo. Tivemos uma audiência pública bem esclarecedora sobre isso com a presença de diversos técnicos, autoridades e alguns deputados desta Casa", argumentou o deputado Talles Barreto (UB).

De acordo com o texto, de n° 517/23, que teve emendas rejeitadas, o regime jurídico do Ipasgo passa a ter autonomia financeira e administrativa. Dentre outras prerrogativas, a imunidade em relação aos impostos federais e municipais; isenção de tributos estaduais; maior participação dos servidores, que integrarão os conselhos de administração e fiscal; além de passar a ser regido pela legislação civil. Já a diretoria executiva será indicada pelo Poder Executivo estadual.

Assim, como Serviço Social Autônomo, o governo de **Goiás** segue como controlador do Ipasgo. No entanto, com o serviço sendo regulado e fiscalizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Segundo a governadoria, os 596 mil usuários do serviço de assistência à saúde passam a ter acesso a 879 procedimentos médicos que hoje não integram a tabela do Ipasgo. Além de outros oito atendimentos odontológicos, 1.758 medicamentos e 740 Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), insumos utilizados em intervenções médicas, odontológicas, de reabilitação, diagnósticas ou terapêuticas.

Oposição

Mais incisivo, o deputado Mauro Rubem justificou que a proposta apresentada é um risco para o Ipasgo. Ele destacou que chegou a apresentar um projeto alternativo. "A primeira grande questão que nós divergimos profundamente e está, inclusive, está no relatório do **TCE**, que diz o seguinte: não é possível ficar com os recursos em duplicidades", leu. "Ou o governo toma uma medida de retirar o Ipasgo de uma autarquia ou ele toma outras providências", emendou.

Por JO

Site: https://ratinhonoticias.com.br/2023/04/18/projeto-do-ipasgo-e-aprovado-pela-comissao-mista-da-assembleia-legislativa/

Nova audiência discute PL que altera regime jurídico do Instituto

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) realizou nesta terça-feira, 18, uma audiência pública para discutir a mudança de regime jurídico do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo). A iniciativa contou com a participação de diversas personalidades, entre elas o **conselheiro** do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-**GO**), **Celmar Rech** e o presidente da autarquia, Vinícius de Cecílio Luz.

O **conselheiro** **Celmar Rech** destacou a importância da mudança de regime jurídico do Ipasgo e explicou as razões que levaram o **TCE**-**GO** a recomendar essa alteração. Segundo Rech, uma das principais inadequações que incomodaram o **TCE**-**GO** ao longo dos anos foi a inclusão das receitas do Ipasgo na receita corrente líquida do estado. Ele defendeu a exclusão destas receitas para permitir uma melhor expressão do realismo fiscal nas contas do estado.

A deputada Bia de Lima (PT) destacou a importância do tema para a vida dos servidores públicos, que dependem do plano de saúde oferecido pelo Ipasgo. Ela também concordou com as preocupações levantadas pelo **TCE** e afirmou que os servidores públicos não são contrários às orientações do órgão. No entanto, a deputada pediu preocupação com a mudança do regime jurídico, que pode colocar o plano de saúde dos servidores públicos sob a regulação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Outra preocupação da deputada é com relação aqueles que já são concursados. A parlamentar questionou a situação desses servidores e alertou sobre a possibilidade destes "ficarem em um limbo, sem carreira definida."

O líder do governo na Casa, deputado Wilde Cambão (PSD), falou sobre a importância de preservar os direitos dos servidores públicos e garantir a gestão do instituto pelos próprios servidores. Ele afirmou que o fundo será administrado pelos servidores e terá conselhos para garantir a gestão responsável.

Edel Maria De Lima e Silva, representante da Unipasgo, se manifestou contrária à medida e destacou a importância de se avaliar todas as opções possíveis para solucionar os problemas enfrentados pelo instituto e aqueles que podem surgir em decorrência das mudanças propostas.

O presidente do Ipasgo, Vinícius de Cecilio Luz, esclareceu que o projeto de lei prevê que os usuários que optarem pelo padrão de conforto básico ou especial terão garantidos os percentuais de desconto e o sistema assistencial da extinta autarquia. Além disso, ele destacou que a ANS não deve ser vista como uma vilã, mas sim como uma oportunidade de melhoria na assistência à saúde dos servidores.

Durante a audiência, algumas preocupações foram levantadas por deputados e representantes de entidades, como a possibilidade de aumentos na mensalidade e a fiscalização da ANS. Entretanto, o presidente do Ipasgo esclareceu que o estado será o guardião e fará aportes necessários caso haja desequilíbrio entre a contribuição dos servidores e a receita e despesa, ocasionados pelo gasto assistencial dos servidores.

Vinícius de Cecílio Luz ressaltou que nenhum servidor terá prejuízo na sua remuneração. O presidente do Ipasgo afirmou que entende as dúvidas levantadas com relação à questão do aproveitamento dos servidores, mas que o projeto de lei atende perfeitamente a situação.

Site: https://sindjustica.com/2023/04/18/nova-audiencia-discute-pl-que-altera-regime-juridico-do-instituto/